



AS INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NA AMÉRICA LATINA

Lira Benites, José Celio Andrade, Fátima Goes

(Universidade de São Paulo; Universidade Federal da Bahia; IES: UNEB - Departamento de Ciências Humanas do Campus Salvador)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo descrever e categorizar, utilizando a tipologia proposta por Simon Zadek, o estágio de maturidade no qual se encontra a RSE nas duas maiores economias latinoamericanas: Brasil e México. Os resultados da nossa pesquisa exploratória mostra que o tema da RSE encontra-se nos estágios intermediários da tipologia: emergente e em consolidação.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social Empresarial, América Latina, Sustentabilidade.

1. Introdução

Existem diferentes percepções do conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que variam entre o setor privado, governos e organizações da sociedade civil. Para Mazurkiewicz e Grenna (2003) há três perspectivas em torno da RSE: a primeira inclui a garantia de boa governança corporativa, isto é, uma empresa que administra seu negócio de forma responsável em relação a seus *stakeholders*; a segunda faz referência ao papel da empresa em relação ao Estado e sua responsabilidade como contribuinte, garantindo que o Estado possa funcionar de forma eficaz; na terceira, enfoca-se o desempenho da empresa como um membro responsável da sociedade na qual atua, envolvendo suas relações com as pessoas e o meio ambiente.

No entanto, qualquer que seja a definição adotada, todos concordam em um ponto: a necessidade de promover boas práticas nos negócios, assumindo a responsabilidade pelos impactos sociais, ambientais e econômicos gerados pela atividade produtiva.

O conceito de RSE tornou-se importante durante a última década do século XX, impulsionado por várias tendências como a globalização da economia, os acordos multilaterais e o avanço das tecnologias da informação e da comunicação. As práticas de negócios ao redor do mundo ficaram mais transparentes e as empresas são frequentemente julgadas com base em sua gestão ambiental (MAZURKIEWICZ, 2006). Isto significa que, para muitas empresas, a RSE não é mais um luxo, e sim uma necessidade. Assim, estas começaram a perceber que a aposta tradicional em preço e publicidade não era mais suficiente (CORREA et al., 2004).

O mercado global cada vez mais competitivo e a sociedade mais preocupada com a observância de novos padrões de trabalho e com o respeito pelo meio ambiente estimularam o estabelecimento de uma noção de RSE que pudesse ser utilizada pelas empresas (TOFFEL & LEE, 2009). As novas expectativas dos consumidores e acionistas e suas exigências de melhor desempenho social e ambiental deram novo valor para a marca, a imagem e a reputação das empresas.

Na década de 1990, reforçada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, as questões socioambientais começaram a ser institucionalizadas e, com isso, novas práticas surgiram e se disseminaram, como os indicadores de sustentabilidade, as certificações voluntárias, as práticas de diálogo com os *stakeholder* (partes interessadas nos

negócios de uma empresa: acionistas, funcionários, clientes, fornecedores), a análise do ciclo de vida dos produtos, o eco-design, entre outros (NÚÑEZ, 2006).

No início deste século, em comparação com a década anterior, a RSE registrou um avanço mais acelerado (PEINADO-VARA, 2011), com grande influência das tendências internacionais e com desenvolvimentos locais que buscam dar resposta às necessidades específicas de cada país. A RSE torna-se uma questão cada vez mais central nas agendas corporativas (NÚÑEZ, 2006). Muitas empresas têm feito progressos, considerando questões mais centrais do negócio, como a gestão de riscos, a inovação e a criação de valor (CORREA et al., 2010) e incluindo preocupações sociais e ambientais no centro de suas estratégias corporativas (MCINTOSH et al., 2001).

Deste modo, a realidade atual está impondo uma mudança na cultura empresarial que deve contribuir para o desenvolvimento sustentável. Para Simon Zadek (2004), as empresas tratam os temas sociais e ambientais de forma diferente, de acordo com o estágio de maturidade destes assuntos na sociedade e com o estágio em que as mesmas se encontram na curva de aprendizagem sobre a responsabilidade corporativa. Quando um tema está no início da sua evolução, as empresas podem adotar uma postura defensiva e escapar da sua responsabilidade; mas quanto mais maduro um tema se torna, as empresas precisam adotar uma postura mais proativa e estratégica em relação ao mesmo, de modo a evitar os riscos e aproveitar as oportunidades trazidas.

Segundo a tipologia proposta por Zadek, a evolução de um tema na sociedade atravessa quatro estágios: 1) latente: quando o tema preocupa ativistas e organizações não governamentais, mas não conta com evidências científicas confiáveis e a comunidade de negócios o ignora; 2) emergente: existe certa consciência política e midiática ao redor do tema, há um *corpus* de investigação incipiente e com dados ainda frágeis e os líderes dos negócios começam a lidar com o tema; 3) em consolidação: quando há um *corpus* emergente de práticas de negócios em torno do tema, surgem iniciativas e padrões voluntários com alcance setorial, cresce a idéia da necessidade de uma legislação, desenvolvem-se normas, padrões voluntários e se produzem ações coletivas; 4) institucionalizado: quando há legislação e normas de negócios estabelecidas e as práticas se tornam parte de um modelo de excelência do negócio.

Assim, Zadek (2004) afirma que a grande questão para a maioria das empresas é determinar a partir de que ponto a zona de risco se transforma em zona de oportunidade. Isto depende de vários fatores e as empresas podem reverter a situação a seu favor: sendo pioneiras na busca por soluções

para um problema sócio-ambiental em estágio latente, enquanto a maioria de seus concorrentes ainda estão adotando posturas defensivas.

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é descrever o estágio no qual se encontra a RSE nas duas maiores economias da América Latina – Brasil e México –, categorizando-os segundo a tipologia proposta por Simon Zadek (2004) sobre os estágios de maturidade das questões sócio-ambientais na sociedade. A metodologia utilizada é de natureza exploratória, tendo sido realizados levantamentos da literatura sobre o assunto, com destaque para a produção latino-americana, e da existência de instituições que promovem a RSE ¹.

2. Responsabilidade Social Empresarial na América Latina.

A RSE na América Latina é um tema de interesse relativamente recente. Existem poucos livros sobre o assunto e, de modo geral, são traduções de publicações escritas para outros contextos e finalidades (VIVES; PEINADO-VARA, 2011). Além disso, quase não existem estudos comparativos em RSE entre os países da região e, como observado por Oliveira (2006), a produção acadêmica é concentrada na cidadania corporativa e voltada para a discussão da dinâmica interna de cada país.

Na América Latina, o vínculo entre o empresariado e a sociedade tem uma tradição filantrópica empresarial (PEINADO-VARA, 2011). A história e a situação particular de cada país são indutores da RSE e há diferenças significativas entre países e, inclusive, dentro de cada país. Assim como diversos graus de evolução, de modalidade e de complexidade convivem nas problemáticas sociais e ambientais que cada país enfrenta, também existem diferenças na abordagem, porque, em muitos casos, a RSE continua sendo associada, na prática, com ações filantrópicas (VIVES, 2008).

Assim, a RSE evoluiu de uma atividade associada estritamente à filantropia a um elemento central de estratégia empresarial, visando a construção de uma nova cultura corporativa, que enfatiza as grandes questões mundiais (NÚÑEZ, 2006). Conceitualmente, como menciona Peinado-Vara (2011), passou-se da filantropia, pela cidadania corporativa até chegar à busca de RSE integral, que implica ser um ator social que gerencie sua atuação de acordo com seus diversos domínios, para propor uma evolução dentro do marco da sustentabilidade, como mostrado na Gráfico 1.

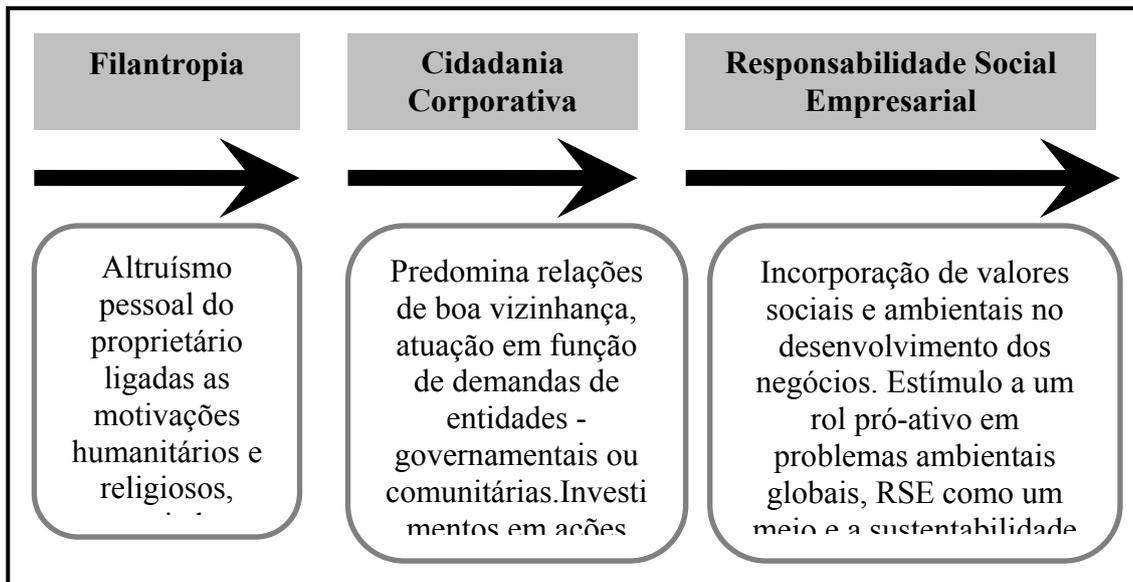


Gráfico 1. Evolução da Responsabilidade Social Empresarial.

Fonte: Elaborado com base em Peinado-Vara (2011) e Núñez (2006).

Uma parte importante da atividade produtiva na região está relacionada a setores e atividades de elevada sensibilidade ambiental, envolvendo extração de recursos naturais ou um alto consumo de energia. Vinte e cinco das cinquenta maiores empresas da região dedicam-se às atividades primárias ou de processamento de recursos naturais, como mineração, agronegócio, metalurgia, petróleo e petroquímica (ONU, 2010). Justamente há países em que certos setores dominam a esfera econômica, e logicamente da RSE, como no caso da mineração no Chile e no Peru, onde os conflitos sociais e a necessidade para lidar com a ajuda do sector privado dominam fortemente (PEINADO-VARA, 2011).

Assim como em outros mercados emergentes, na América Latina, as empresas são muitas vezes de propriedade familiar. Na região, aproximadamente 75% (setenta e cinco por cento) das empresas são de pequeno e médio porte. Também há muitos conglomerados familiares, mesmo empresas listadas em bolsas têm geralmente uma participação acionária de controle familiar (CASANOVA, 2011).

Além disso, as pequenas e médias empresas – muitas funcionando dentro das cadeias de fornecimento das grandes empresas dos setores citados – não tem acesso ao capital e aos recursos necessários para realizar mudanças significativas em seus métodos de produção. Além disso, como afirmam Correa et al. (2010), nas pequenas e médias empresas há uma marginalização das

questões ambientais, fazendo com que muitas empresas de pequeno porte ainda não cumpram as regulamentações ambientais vigentes, nem percebam a vantagem de investir em gestão ambiental ou mesmo a natureza do impacto ambiental que provocam. Assim, as características das empresas na América Latina são um importante fator influenciador das práticas de RSE e devem ser levadas em conta quando se pretende "importar" ou adaptar práticas de outros países (VIVES, 2008).

Algumas questões sociais e ambientais são comuns a todos os países, como gestão de resíduos sólidos, preservação de florestas, direitos humanos, condições mínimas de trabalho, entre tantas outras. No entanto, as prioridades na América Latina são diferentes daquelas encontradas na Europa ou nos Estados Unidos. A desigualdade, a pobreza, o desemprego e o acesso a educação, saúde e saneamento básico representam as principais problemáticas da região (AVINA, 2011). O que nos leva a observar a realidade latino-americana, cruzada por necessidades às quais, grande parte das empresas, embora não massivamente começaram a dar lugar, esses principais problemas são descritos no Quadro 1.

Principais temáticas para investimento social das empresas na América Latina	
Problemáticas sociais	Pobreza, desemprego e desigualdade social são as principais problemáticas sociais, às quais se soma a falta de infraestrutura que garanta, entre outros direitos, o acesso à água para todos os latino-americanos. Durante a última década, estas temáticas foram conquistando maior visibilidade na agenda pública e se observam alguns sinais encorajadores com relação ao envolvimento das empresas como, por exemplo, os casos de negócios inclusivos.
Meio ambiente	A mudança climática costuma afetar mais os países emergentes, pois estes possuem menos recursos para prevenção e para reconstrução, quando necessário. Tanto a perda de biodiversidade quanto a contaminação dos recursos naturais implicam altos custos ambientais e econômicos, além de ser um risco para todos os atores da sociedade (inclusive as empresas); questões que requerem com urgência atenção, investimentos e inovação.
Equidade	A necessidade de integração se torna mais complexa. Por um lado, as temáticas como: a equidade de gênero ou a inclusão de grupos que constituem minorias, como o das pessoas com capacidades diferentes, começam a contar com regulações e legislações, e no setor privado começam a aparecer modelos de integração. Mas estas temáticas se somam a outras, como o envelhecimento da população e a imigração resultante de catástrofes naturais (refugiados ambientais), que deverão ser

	levadas em consideração nas políticas públicas e na tomada de decisões das empresas.
Saúde e educação	O pleno acesso à saúde e à educação são assuntos ainda pendentes na América Latina. O cuidado da saúde (temas como obesidade, AIDS, câncer, vícios) e a educação (com foco em garantir o acesso à educação, acompanhar o processo para evitar a evasão escolar, incentivar a capacitação e diminuir a exclusão digital) estão se tornando temáticas habituais em matéria de investimento social das empresas.

Quadro 1. Principais temáticas para investimento social das empresas na América Latina.

Fonte: Avina (2011).

Na América Latina, diferente que a Europa, onde os marcos regulatórios em questões ambientais são cada vez mais exigentes, a legislação relacionada a essas questões tem características bastante distintas do ponto de vista de seu alcance e aplicação (FLORES et al.,2007). Por exemplo, os Princípios de Governança Corporativa da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED) foram adotados por apenas quatro países: Argentina, Brasil, Chile e México (BENITES & POLO, 2013). Além disso, há poucos exemplos de governos com mecanismos de controle eficazes sobre questões relacionadas à responsabilidade social das empresas.

Na região existem pelo menos duas entidades internacionais que atuam desenvolvendo a RSE e a sustentabilidade: a Rede Fórum Empresa, uma aliança continental de entidades empresariais que promovem a responsabilidade empresarial, criada em 1997 que reúne dezesseis associações empresariais da América Latina e o Conselho Empresarial Mundial para Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development* – WBCSD, na sua sigla em inglês). No nível dos países da região, desde a década de 1990, já vinham sendo criadas as principais organizações de RSE, como, a *Asociación de Empresarios Cristianos* (ADEC) no Paraguai; a *Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa* (ACDE) na Argentina; a *Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa* (ACDE) no Uruguai; Peru 2021 no Peru; a *Asociación Empresarial para el Desarrollo* (AED) na Costa Rica; e o Instituto Ethos no Brasil (KORIN, 2011).

O Instituto Ethos foi uma das primeiras organizações emblemáticas na região a tratar a questão de RSE. No ano 2000, lançou um marco de indicadores de RSE para o Brasil, que serviram de modelo para outras organizações na América Latina. Os Indicadores Ethos foram traduzidos na

versão em espanhol e adaptados para alguns países. A versão latino-americana foi lançada no marco do Programa Latino-Americano de Responsabilidade Social Empresarial – PLARSE, que conta com a participação da ADEC (Paraguai), do CECODES (Colômbia), do CERES (Equador), da COBORSE (Bolívia), da DERES (Uruguai), do IARSE (Argentina), do próprio Instituto Ethos (Brasil), do Peru 2021 (Peru) e da UNIRSE (Nicarágua).

3. Iniciativas de RSE no Brasil e no México.

Na América Latina, Brasil e México são os países mais importantes, em termos do tamanho de suas economias. Das 500 (quinhentas) maiores empresas do mundo, segundo a classificação da Fortune, 12 (doze) empresas são latino-americanas, sendo 7 (sete) brasileiras e 3 (três) mexicanas. Assim, é de se esperar que estes dois países sejam os principais praticantes e difusores da Responsabilidade Social Empresarial na região.

A Responsabilidade Social Empresarial no Brasil ganhou impulso na década de 1990, frente a um movimento internacional que debatia a incapacidade do Estado de cumprir sozinho suas obrigações sociais. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, trabalhou pela aproximação entre empresas e sociedade civil. Em 1993, o IBASE lançou uma campanha nacional que resultaria na “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, uma das mais marcantes mobilizações sociais do Brasil (IBASE, 1993).

Em 1998, foi criado o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com o objetivo de reunir e auxiliar empresas a assimilarem o conceito de RSE e incorporá-lo na sua gestão de negócios. Quando criado, contava com 11 (onze) empresas e em 2012 já estavam associadas 1503 (mil quinhentas e três) empresas. Seus associados são estimulados a estabelecer padrões éticos de relacionamento com seus funcionários, clientes, fornecedores e acionistas, com a comunidade em que atuam, com o poder público e com o meio ambiente (ETHOS, 2006).

Até o final dos anos 1990, a RSE no Brasil era considerada basicamente como uma responsabilidade que as empresas assumiam de implementar um programa que envolvesse a sociedade (CORREA et al., 2004). Mais recentemente, o assunto vem ganhando evidência e exigindo mudanças para inserir a sustentabilidade no centro dos negócios (ALIANÇA CAPOAVA, 2010). Há um número crescente de empresas que vem assumindo como um de seus

eixos a responsabilidade social e ambiental, rebatizada em muitas companhias como sustentabilidade (IEDI, 2009).

No Brasil, o envolvimento do setor privado com a temática das mudanças climáticas vem crescendo. Um bom indicador do interesse ascendente dos empresários pelo tema foi o lançamento do Programa Empresas pelo Clima (EPC) (GVCES, 2011). Ao aderir à iniciativa, a empresa se compromete a publicar seus inventários de gases do efeito estufa (GEE) de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro *GHG Protocol* e desenvolver políticas e planos de gestão das emissões que promovam inovação e competitividade, contribuindo para a transição para uma economia de baixo carbono (IEDI, 2009).

O Programa Brasileiro *GHG Protocol* foi criado em 2008, adaptando esta metodologia internacional ao contexto nacional. Foi lançado e implementado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e pelo *World Resources Institute* – WRI, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, organização afiliada ao WBCSD e 27 empresas fundadoras (GVCES, 2011).

Em 2005, a BM&FBovespa (Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo), com o apoio de diversas instituições, lançou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o quarto indicador do tipo no mundo e o primeiro na América Latina. O ISE reúne as empresas brasileiras listadas na bolsa BM&FBovespa com as melhores práticas em gestão empresarial e com maior alinhamento estratégico com a sustentabilidade, representando um incentivo para que as empresas busquem o desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente e inclusão social (BM&FBOVESPA, 2012).

Considerando as preocupações com o aquecimento global, a BM&FBovespa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, numa iniciativa conjunta, decidiram criar um índice de mercado – o Índice Carbono Eficiente (ICO2). A proposta é que o ICO2 seja um instrumento econômico de incentivo à adoção de práticas de gestão ambiental com foco em mudanças climáticas. Houve uma participação significativa das empresas no ICO2: das 58 empresas convidadas, 51 aderiram ao índice e houve uma forte mobilização interna para realizarem seus inventários (GVCES, 2011).

No México, assim como no Brasil, a década de 1990 trouxe um impulso para o desenvolvimento da RSE, que antes desta época era identificada com a filantropia (CORREA et al., 2004). Weyzig (2007) acredita que a RSE no México encontra-se na fase de exploração, compreensão e adoção parcial. Ainda existem gestores que associam o termo RSE com filantropia corporativa e não conseguem integrar as estratégias da RSE ao *core business* da empresa, nem ter suficiente compromisso com a sociedade ou o meio ambiente.

O *Centro Mexicano para la Filantropía* – CEMEFI, uma entidade civil sem fins lucrativos, é o principal organismo promotor da responsabilidade social corporativa neste país. Surgiu em 1988, com 28 (vinte e oito) empresas, e em 2012 já contava com 840 (oitocentos e quarenta) associados (CEMEFI, 2012). O CEMEFI tem evoluído de um enfoque puramente filantrópico, para abordar o conceito de responsabilidade das empresas perante todas as suas partes interessadas.

No ano 2000, no bojo dessa evolução, promoveu a criação da Aliança para a Responsabilidade Corporativa no México (AliaRSE), para promover a RSE. Esta promoção se dá por meio de um processo de autodiagnóstico, que permite às empresas medir seu nível de responsabilidade social em quatro áreas estratégicas: qualidade de vida na empresa; cuidado e preservação do meio ambiente; ética empresarial; e vínculos e compromissos com a comunidade. As empresas que conseguem demonstrar um alto índice de responsabilidade social recebem uma distinção (Distintivo ESR®), que as acredita com seus funcionários, investidores, clientes, autoridades e com a sociedade em geral, por assumir o compromisso de uma gestão socialmente responsável. No ano de 2012, um total de 572 (quinhentas e setenta e duas) empresas de todos os setores econômicos receberam o Distintivo ESR® no México.

A organização representativa do WBCSD no México é a *Comisión de Estudios del Sector Privado para el Desarrollo Sustentable* – CESPEDDES, que tem como propósito estabelecer e implementar estratégias que conduzam o setor empresarial mexicano para o desenvolvimento sustentável. Suas linhas de ação contemplam, entre outras, a promoção de estratégias climáticas, com base em inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e o desenvolvimento de novas oportunidades de mercado para micro, pequenas e médias empresas (CESPEDES, 2012).

Reconhecendo a importância das alterações climáticas e a necessidade de transformações para enfrentar suas conseqüências, o setor empresarial mexicano tem implementado medidas como o Programa Voluntário de Contabilidade e Inventário de GEE “Programa GEE México”, esta

iniciativa é coordenada pelo Secretaria do Meio Ambiente Mexicano e pela CESPEDES, que tem por objetivo desenvolver capacidades no setor industrial para preparar inventários corporativos de emissões de GEE e identificar, quantificar e documentar projetos de redução de emissões. O “Programa GEE México” também tem impulsionado:

“a adoção de estratégias para as mudanças climáticas dentro das empresas, entre elas, o desenvolvimento de estratégias de mitigação e metas de redução; desenvolvimento de programas internos de eficiência energética; identificação de riscos das alterações climáticas; identificação de oportunidades para os mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL)” (CESPEDES, 2012, p.15).

À medida que a RSE se instala conceitualmente, é possível observar a mudança nas estruturas e ações das empresas envolvidas com a temática e a busca de mecanismos de transparência e difusão desses novos conceitos, práticas e padrões de desempenho. Uma destas mudanças diz respeito a divulgação dos relatórios de sustentabilidade que vem se tornando a principal ferramenta de comunicação do desempenho econômico, social e ambiental das empresas, ou, em outras palavras, o principal mecanismo de transparência e difusão da RSE.

O crescimento do número de empresas que divulgam seu desempenho em RSE pode ser observado por meio de relatórios realizados conforme o modelo da *Global Reporting Initiative – GRI*. A GRI é uma organização criada em 1997, sob o co-patrocínio da *Coalition Environmentally Responsible Economies – CERES* e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, cujo modelo de relatório é atualmente o mais completo e generalizado no mundo. Suas diretrizes foram criadas com o objetivo de ajudar as empresas a articular e compreender suas contribuições para o desenvolvimento sustentável e atender o *triple bottom line* – social, ambiental, econômico. Os seus indicadores incluem a ação social, com destaque para os direitos humanos, respeito pela sociedade, consumidores e trabalhadores, proteção ambiental e desempenho econômico (GRI, 2012).

De 1999 a 2012, as empresas latino-americanas apresentaram 1883 (mil oitocentos e oitenta e três) relatórios com a metodologia GRI, sendo a maioria destas empresas do Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru (AVINA, 2011). Nos dois países de estudo, de 2000 a 2012, o número de empresas brasileiras e mexicanas que apresentaram relatório segundo seus moldes vem evoluindo, desde quantidades inexpressivas no caso do Brasil, e no caso de México sem nenhum relatório de sustentabilidade divulgado até 2004, conforme mostrado na Gráfico 2.

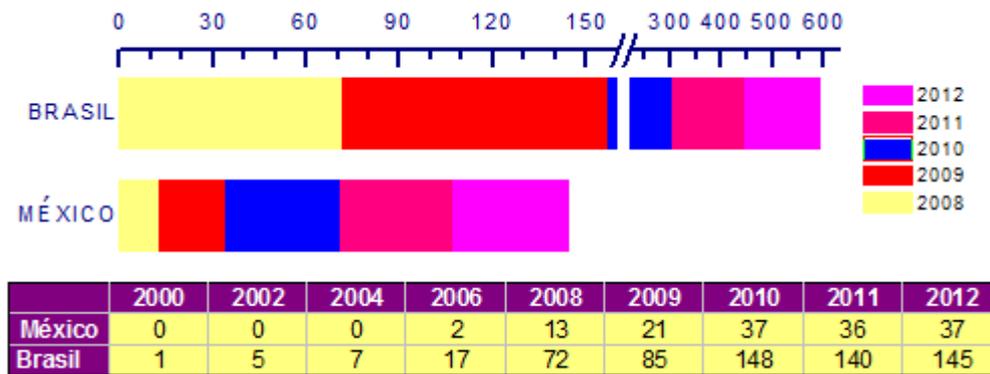


Gráfico 2. Empresas que apresentaram relatórios de sustentabilidade no Brasil e México
Fonte: Elaborado em base aos dados da Global Reporting .

Além disso, o Pacto Global das Nações Unidas, também tem ajudado na disseminação do conceito de RSE no cenário internacional e tem servido como paradigma para todos os trabalhos e debates realizados sobre o assunto nesta década (NÚÑEZ,2006). O Pacto Global foi lançado em 1999 e implementado oficialmente em julho de 2000, é uma das iniciativas mais abrangentes assinadas até agora das Nações Unidas e o empresariado. Propõe às empresas adotem como parte integrante de suas estratégias de negócios dez princípios de conduta e ação nas áreas dos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e na Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (GLOBAL COMPACT, 2007).

Entre seus objetivos complementares o Pacto Global, visa catalisar ações em apoio aos objetivos mais amplos de desenvolvimento da ONU, incluindo, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Cabe mencionar que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de oito macro-objetivos que focam em algumas causas sociais na base da degradação ambiental, estabelecendo metas específicas. Os oito ODM são: Erradicar a pobreza extrema e a fome; Alcançar o ensino primário universal; Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; e Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento (ONU, 2010).

Além disso, representa uma estrutura básica para o desenvolvimento, implementação e divulgação de políticas e práticas de sustentabilidade, que foram concebidas para ajudar a melhorar os modelos empresariais sustentáveis (GLOBAL COMPACT, 2012).

Segundo a ONU (2010), iniciativas como o Pacto Global tem logrado penetrar num número crescente de empresas na América Latina. Nos seus 12 (doze) anos de existência, esta iniciativa vem recebendo contínuas adesões por parte das empresas latino-americanas. No final de 2012, o Brasil tinha 321 (trezentos e vinte e uma) e o México 258 (duzentos e cinquenta e oito) empresas participantes do Pacto Global, conforme mostrado no Gráfico 3.

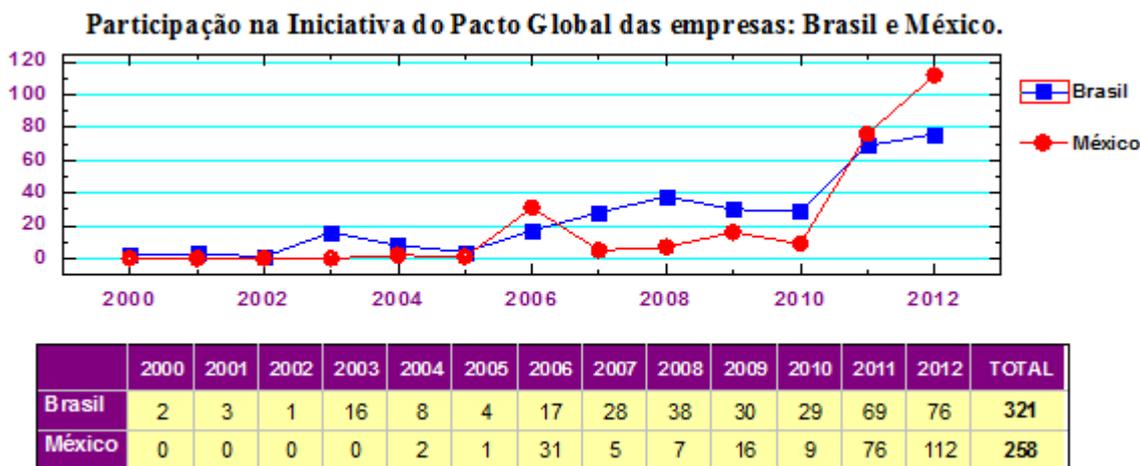


Gráfico 3. Participação na Iniciativa do Pacto Global das empresas no Brasil e México.

Fonte: United Nations Global Compact (2012)

Portanto, percebe-se que tanto o Brasil como o México são países onde se vem delineando alguma preocupação com as questões sócio-ambientais. Ambos contam com instituições e iniciativas que tem por objetivo promover a responsabilidade social empresarial. Até o momento, a parcela das suas empresas que vem adotando princípios e práticas de RSE, é crescente, porém não é significativa como foi mostrado através dos relatórios de sustentabilidade e da participação no Pacto Global.

4. Considerações Finais

O tema responsabilidade social empresarial ainda é novo na sociedade como um todo. Em geral, o entendimento da RSE como uma nova forma de gestão da empresa – que incorpora as três dimensões da sustentabilidade de forma integrada, buscando aplicá-las em sua gestão e arraigá-las em sua cultura – é recente. O número de empresas latinas que, de fato, conseguiram fazer esta transformação ainda é pequeno. A questão da RSE e da sustentabilidade está instalada nos discursos empresariais, contudo não existe por ora uma implementação massiva, nem se observa uma transformação ampla na gestão empresarial, salvo nos casos isolados de grandes empresas que lideram a temática. Assim, trata-se de um processo com avanços e retrocessos, construído de maneira heterogênea.

Considerando o objetivo deste trabalho – categorizar, segundo a tipologia proposta por Simon Zadek (2004), o estágio de maturidade no qual se encontra o tema da responsabilidade social empresarial nas sociedades brasileira e mexicana – pode-se concluir que o tema encontra-se nos estágios intermediários: emergente e em consolidação. Já existe uma certa consciência da sociedade sobre o tema, existe também um corpo emergente de pesquisas. Além disso, as empresas líderes estão experimentando – dentro de um conjunto emergente, práticas de negócios mais sustentáveis.

Desde o ano 2000, tanto no Brasil como no México, vem aumentando o número de empresas que reportam seu desempenho de sustentabilidade pelo modelo do GRI, assim como as que participam do Pacto Global. Nota-se a combinação do uso de modelos internacionais, como a *Global Reporting Initiative* – GRI, com a adesão a princípios gerais, como o Pacto Global das Nações Unidas, e a aplicação de indicadores locais.

Nos dois países, há entidades que promovem a RSE – sendo as mais representativas o Instituto Ethos no Brasil e o CEMEFI no México – instituindo diretrizes, normas e padrões voluntários e produzindo ações coletivas, como os indicadores de RSE do Instituto Ethos e o Distintivo ESR® do CEMEFI. Estas instituições estão demonstrando ser sólidas, contando com aumento de empresas afiliadas. Porém, não há órgãos públicos inteiramente dedicados à promoção da RSE, há poucos mecanismos de controle efetivo sobre o comportamento empresarial e existem poucas leis e incentivos relativos ao tema.

Evidentemente, ainda há muitas dificuldades que fazem com que o tema da RSE evolua mais lentamente na América Latina do que nas economias mais avançadas do mundo, como a pequena

capacidade institucional, a governança corporativa frágil, o clima de negócios menos favorável, os entraves burocráticos, além de falta de incentivos para práticas mais sustentáveis. Portanto, as empresas brasileiras e mexicanas que assumem efetivamente a RSE como estratégia de negócio nos dias atuais buscam alterar o curso do pensamento dominante de busca exclusiva de maximização do lucro, desempenhando um papel de liderança e pioneirismo na transformação do ambiente de negócios e da sociedade.

5. Referências Bibliográficas.

ALIANÇA CAPOAVA. Responsabilidade Social Empresarial: Por que o guarda-chuva ficou pequeno? 2010. Disponível em: <http://www.gife.org.br/publicacao-responsabilidade-social-empresarial-por-que-o-guardachuva-ficou-pequeno-da3c5fff52ec6f.asp>. Acesso em 10/12/2012.

ALIARSE –Alianza por la Responsabilidad Social Empresarial. La Responsabilidad Social Empresarial en México. Jun, 2010.

AVINA. Em busca da sustentabilidade: caminho da Responsabilidade Social Empresarial na América Latina e a contribuição da Fundação AVINA. Buenos Aires, 2011.

BENITES, L. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina: Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável e à Responsabilidade Social Empresarial. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, USP-PROLAM, 2013.

BENITES, L.; POLO, E. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: a governança corporativa e aplicação do *Triple Bottom Line* na Masisa. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 827-841, Mai. 2013.

BM&FBOVESPA. O Valor do ISE: Principais estudos e a perspectiva dos investidores. BM&FBOVESPA, GVces – Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP/FGV, São Paulo, 2012.

CASANOVA, L. El nuevo poder de las corporaciones latinoamericanas. In: Vives; Peinado-Vara (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones (Banco Interamericano de Desarrollo), HD60.5.L29 R47; 2011.

CEMEFI – Centro Mexicano para la Filantropía. A.C. Directorio de Miembros 2012 -México: Cemefi, 2012. 227 p. : il. col. ; 28 cm.2012.

CESPEDES – Comisión de Estudios del Sector Privado para el Desarrollo Sustentable. Líneas de acción en la promoción de RSE. Disponível em: <http://www.mapeo-rse.info/promotor/centro-de-estudios-del-sector-privado-para-el-desarrollo-sustentable> cespedes. Acesso em: 20/12/2012.

CORAZA, R. Gestão ambiental e mudanças da estrutura organizacional. RAE electron. vol. 2 n. 2 São Paulo. July/Dec. 2003.

CORREA, M.; FLYNN, S.; AMIT, A. Responsabilidad social corporativa en América Latina: una visión empresarial. Serie 85, Medio Ambiente y Desarrollo. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

CORREA, M. et al. Cambio y oportunidad: la responsabilidad social corporativa como fuente de competitividad en pequeñas y medianas empresas en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.

ELKINGTON, J. Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone, 1997.

ETHOS. Critérios Essenciais de Responsabilidade Social Empresarial e Seus Mecanismos de Indução no Brasil. 2006. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/criterios_essenciais_web.pdf. Acesso em 10/12/2012.

FLORES, J et al. El argumento empresarial de la RSE: 9 casos de América Latina y el Caribe. NewYork: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2007.

GLOBAL COMPACT. Declaração de Genebra. Global Compact Leaders Summit 5-6 de julho de 2007 Genebra, Suíça. United Nations Global Compact, 2007.

GLOBAL COMPACT. O Pacto Global. Disponível em: www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/index.html. Acesso em 10/12/2012.

GVCES – Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas. Mudanças Climáticas e Sustentabilidade Corporativa: Oficina de trabalho da Plataforma Empresas pelo Clima. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

GRI – *Global Reporting Initiative*. Pontos de partida: Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf>. Acesso em 15/12/2012.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Ibase, 1993.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Mudanças climáticas: desafios e oportunidades para um novo desenvolvimento, 2009.

KORIN, M. Los medios de comunicación relación con la Responsabilidad Social Empresarial. In: Vives; Peinado-Vara (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones (Banco Interamericano de Desarrollo), 2011.

MAZURKIEWICZ, P. *Corporate Environmental Responsibility: Is a Common CSR Framework Possible?*, DevComm-SDO World Bank, 2006.

MAZURKIEWICZ, P.; GRENN, L. *Corporate social responsibility and multi-stakeholder dialogue: Towards Environmental Behavioral Change. World Bank's Development Communications Division. 2003.*

McINTOSH. M. et al. Cidadania corporativa: estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NÚÑEZ, G. El Sector Empresarial en la Sostenibilidad Ambiental: Ejes de Interacción. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. Santiago de Chile, 2006.

OLIVEIRA, J. A. Corporate citizenship in Latin America: new challenges for business. Journal of Corporate Citizenship, Sheffield-UK, n. 21, p. 17-20, 2006.

ONU. Objetivos de Desarrollo del Milenio: Avances en la sostenibilidad ambiental del desarrollo en América Latina y el Caribe. CEPAL, 2010.

PEINADO-VARA, E. RSE en América Latina. In: Vives & Peinado-Vara (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones (Banco Interamericano de Desarrollo), HD60.5.L29 R47; 2011.

TOFFEL, M.; LEE, K. Sustainability at Milipore. Teaching Note. Harvard Business School. Publication date: Jul 23, 2009. Prod. #: 610012-PDF-ENG .

VIVES, A. El papel de la RSE en América Latina: Diferente al de Europa? Madrid: Fundacion Carolina, 2008.

VIVES, A. Responsabilidad de la empresa ante la sociedad. In: VIVES; PEINADO-VARA (Comp.). La responsabilidad social de la empresa en América Latina. Manual de Gestión. Fondo Multilateral de Inversiones (Banco Interamericano de Desarrollo), 2011.

WEYZIG, F. Corporate Social Responsibility in Mexico. Accountancy Business and the Public Interest. 2007.

ZADEK, S. The Path to Corporate Responsibility. Harvard Business Review. December, 2004, 82, 12, pp. 125-132.

ⁱ Cabe ressaltar que o presente trabalho é parte da Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, USP-PROLAM sob o título “O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na América Latina: Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Social Empresarial” (BENITES, 2013).